



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 5/2006

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO
DE 2006: -----**

-----Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário e o Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Sara Raquel dos Santos Fresco, Pedro Nunes, Narciso Patrão António, Luís Filipe da Cruz Barreto, João Maria Nogueira, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Eng.º Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Prof.ª Ana Maria Baião Seabra Ramos, Gabriel Miranda Pinho, Manuel Ferreira Inocência, Dr. Marco António Saborano Custódio, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Albano Manuel da Rocha Lourenço, António Cardoso Alberto e Mário de Jesus Manata. -----

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou as faltas da Sr.ª Deputada Dr.ª Isabel Cristina de Carvalho Jorge.-----

----**HORA DE ABERTURA:** Eram catorze horas e cinquenta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

----- Foi posta à aprovação, pelo Sr. Secretário da Mesa, Engº. Coquim, um pedido de suspensão do Sr. Deputado Filipe Cainé, que, de acordo com o artigo 5.º do Regimento da Assembleia Municipal, foi posta à aprovação, tendo sido o pedido **aprovado por unanimidade**. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida usou da palavra para dizer que, em nome da bancada do Partido Social Democrata, desejavam que tudo corresse pelo melhor ao Sr. Deputado Luís Filipe Cainé. -----

----- O Sr. Secretário da Mesa, Engº. Coquim deu conhecimento à Mesa da Assembleia que tinha sido chamada àquele plenário a Sr.ª Deputada Sara Raquel dos Santos Fresco em substituição do Sr. Deputado Luís Filipe Cainé a qual prestou juramento legal e foi empossada como deputada da Assembleia Municipal de Mira. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida, em nome da bancada do Partido Social Democrata, desejou ao novo elemento da Assembleia as boas-vindas. -----

-----A seguir, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, deu conhecimento da correspondência recebida,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

nomeadamente, de uma convocatória que tinha sido remetida pela Direcção Regional de Economia do Centro para dia 19 do presente mês à qual, por ter estado ausente do país, não tinha comparecido; da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mira que desejava para toda a Assembleia um santo e feliz Natal e um novo ano repleto de venturas; do Sr. Presidente Carlos Camarinha e o Sr. Comandante Manuel Almeida tinha recebido convite para participar no jantar e festa de Natal 2006, no dia 16 de Dezembro, ao qual também não tinha conseguido estar presente não deixando no entanto, a Assembleia Municipal, de ter estado representada. Deu conhecimento que, em Lisboa, estava a realizar-se o chamado “Encontro dos Jerónimos” com o tema “Estado Garantia e Estado Social no Sec. XXI”; que era uma iniciativa bastante interessante composta por vários workshops, um dia 16 de Dezembro, cujo tema tinha sido o Estado Social no sec. XXI; no dia 13 de Janeiro sobre o Estado Garantia / Ensino Obrigatório; no dia 10 de Fevereiro o Estado Garantia / Solidariedade Social; a 10 de Março a Saúde; a 14 de Abril a Justiça; a 19 de Maio o Ensino Superior; a 16 de Junho a Regulação e a 7 de Julho o Estado Garantia à Luz da Ciência Económica; do Partido Ecologista “Os Verdes”, dando nota da alteração no montante de 50.000,00€ que tinha proposto ao Orçamento de Estado, relativamente a um estudo sobre o efeito dos assoreamentos efectuados na Ria de Aveiro a qual tinha sido rejeitada; do Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Lousã, Dr. Luís Fernandes Gonçalves que desejou um feliz Natal e próspero Ano Novo para todos; do Sr. Governador Civil do Distrito de Coimbra que desejou também a todos Boas Festas e Próspero Ano Novo.-----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

-----Iniciou-se este período da reunião com a intervenção do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia pondo à aprovação a acta da sessão realizada em 28 de Junho de 2006 e acta da sessão realizada em 28 de Setembro de 2006.-----

----- O Sr. Secretário da Mesa, Eng.º Coquim usou da palavra para, relativamente à acta de 28 de Junho que não tinha sido votada na última Assembleia por estar incompleta, dizer que tinha sido feita a audição da fita magnética e que as respectivas alterações se encontravam assinaladas a cor verde. -----

----- Seguiu-se a aprovação da acta tendo sido a mesma **aprovada por maioria**, com duas abstenções da Sr.ª Deputada Sara Fresco e do Sr. Deputado Manuel Ferreira Inocêncio. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida interveio para congratular o trabalho que tinha sido executado pelos membros designados pela Assembleia, nomeadamente o Eng.º Coquim, o Dr. Miguel Mingatos e a Sr.ª Olívia Eulálio que tinham tido o trabalho de voltar a ouvir as cassetes e de proceder às respectivas correcções. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Mingatos para dizer que corroborava as palavras do Eng.º Coquim porque tinha sido consensual o que tinham ouvido. -----

----- O Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro usou da palavra para, relativamente à acta de 28 de Setembro de 2006, dizer que na página 38, no final do primeiro paragrafo onde constava "...mostrando a sua satisfação pelo facto da Pescanova, em termos de lixo industrial, ir produzir mais que 1452 empresas existentes no país..." deveria constar "...mostrando a sua insatisfação pelo facto da Pescanova, em termos de lixo industrial, ir produzir mais que 1452 empresas existentes no país..."-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O Sr. Deputado Paulo Manuel Reigota dos Santos interveio para, relativamente à acta em questão dizer que, ainda na página 38, em vez de “Ponte-vedra” deveria constar “Pontevedra” e na página 11, em vez de “contrato de contra e venda” deveria estar “contrato de compra e venda”.-----

----- O Sr. Deputado Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego interveio para esclarecer a intervenção do Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro uma vez que se recordava da intervenção que tinha sido feita pelo Sr. Eng.º na reunião de 28 de Setembro de 2006; que, tinha mostrado a sua satisfação pelo processo da co-incineração ter avançado pelo facto da empresa ir produzir tanto como as 1452 empresas existentes no país.-----

----- O Sr. Deputado Gabriel Miranda Pinho, reportando-se ainda à mesma acta, disse que, a sua intervenção que constava na página 11, relativa a uma nova Zona Industrial nos Leitões estava muito incompleta porque tinham sido ditas muito mais coisas. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, perante as intervenções que estavam a ser feitas pelos Srs. Deputados, sugeriu que a acta fosse reformulada ficando assim suspensa, aguardando nova votação, em posterior sessão. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário para dizer que, muitas vezes, não era fácil reproduzir tudo aquilo que era dito nas sessões pelo facto de existirem intervenções bastante longas mas, apelando à boa memória do Sr. Deputado Dr. Paulo Grego na página 32, no 3.º paragrafo, o Sr. Deputado disse que tinha ficado desagradoado com uma intervenção feita pelo Sr. Deputado Dr. Juan António na qual não consta qualquer coisa relativa ao Sr. Deputado porque, possivelmente a intervenção estaria cortada. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Usou da Palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para dizer que toda a Assembleia gostaria de se associar aos votos de boas melhoras do Sr. Deputado Filipe Cainé. Disse ainda que o Sr. Presidente da Câmara tinha feito chegar um documento para aclarar o conteúdo da acta e que ficaria remetido para a próxima Assembleia juntamente com a acta. -----

----- Interveio o Sr. Secretário da Mesa, Engº. Coquim para propor à Assembleia que fosse incluído um novo ponto na ordem de trabalhos, como Ponto Doze e cujo título seria “Declaração de interesse público municipal do projecto de infra-estruturas de apoio à pesca costeira”. -----

----- Interveio também o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para dizer que, havia um outro ponto da ordem de trabalhos relativamente à Pescanova sobre o qual, havia disponibilidade dos responsáveis da Pescanova para fazerem um esclarecimento à Assembleia; que, esse esclarecimento era incluído no ponto da ordem de trabalhos ou seriam suspensas as actividades para que fosse ouvida a explanação. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida interveio para dizer que, tinha tido o privilégio de ter ouvido, parte da explanação, mas segundo o que tinha lido na comunicação social, a explanação tinha durado uma hora e trinta minutos. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia interveio para informar que a explanação iria ter apenas duração de vinte minutos e que tinha sido **aprovado por unanimidade** a introdução do Ponto Doze na ordem de trabalhos. -----

----- **PERÍODO DE “ ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia onde pediu à Assembleia



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que fossem rigorosamente cumpridos os três minutos que estavam regulamentados. -----

----- Nesta altura ausentou-se da sessão o Sr. deputado Eng. Virgílio Cravo Roxo protestando que numa época como esta ainda existissem ditadores. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia disse que, quem podia explicar o sentimento de ditadura tinha saído mas que, presumia que a atitude do Sr. Deputado se devia ao facto de ter dito que iria cumprir o regulamento; que, se cumprir o regulamento era ser ditador então os ditadores eram todos os que tinham aprovado o regulamento; que, a sua missão era apenas fazer cumprir o regulamento que tinha sido aprovado por todos. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida disse que estava tão surpreendido quanto o resto da Assembleia com a atitude do Sr. Deputado Eng. Virgílio Cravo Roxo mas na sua opinião, a Mesa por vezes também poderia ter alguma flexibilidade relativamente a alguns assuntos, tanto nas intervenções dos Srs. Deputados como nas intervenções do próprio executivo que teriam que ser limitadas e submetidas às mesmas regras e ao mesmo rigor. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia interveio para dizer que, segundo o regulamento da Assembleia, o executivo tinha um tempo de resposta que era muito superior ao tempo de intervenção de cada Deputado; que, normalmente o executivo usava menos tempo do que aquele que lhe estava estipulado. -----

----- O Sr. Deputado Carlos Alberto Milheirão usou da palavra e começou por dizer que, tinha sido enviado um ofício, pela junta de Freguesia da Praia de Mira, a pedir material para arranjar alguns caminhos, nomeadamente o que atravessava o pousio da Videira e



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que, ainda não tinha sido atendido e que por esse motivo esperava que o seu pedido fosse ouvido através da Assembleia; que, fosse também arranjado um bocado de estrada entre o bar “Canas” e a G.N.R; que, a Ponte do Cabo do Mar apresentava deficiências na parte que tinha sido calcetada com o pavimento. Relativamente ao Ponto Doze que tinha sido introduzido no Período da Ordem do Dia disse que, em vez de se falar em pesca costeira deveria falar-se em pesca local; que, nunca tinha sido ouvido enquanto Presidente da Junta, nem como cidadão, relativamente ao local de construção, na sua opinião, era o pior sítio para o construir porque actualmente era o centro da praia e se comparassem com a Figueira da Foz e Aveiro este tipo de infra-estruturas tinham sido retiradas da parte habitável sendo colocadas nos arredores; que, na sua opinião existia um ponto a Norte que seria nobre para este tipo de infra-estruturas; que, não seria difícil criar acessibilidades tanto ciclo - pedonais como para viaturas; que, quem tinha decidido construir naquele local não sabia o que era viver naquela zona no verão, até porque muitas pessoas já tinham colocado os apartamentos à venda porque muitas vezes eram acordadas às três e quatro da manhã com as caixas do peixe a serem arrumadas e com o barulho dos camiões; que, existiam escorrimentos para as estradas e para a rede de esgotos, toneladas de areias inerentes à lavagem do peixe, entravam na rede de esgotos que estava constantemente a ser entupida devido às areis, escamas e a restos de peixe que lá entravam; que, apelava para o bom senso do executivo municipal no sentido de encontrar outro local para a construção da nova Lota. -----

----- O Sr. Deputado Manuel Ferreira Inocêncio interveio para questionar duas coisas: em primeiro lugar gostaria de saber, com a nova resolução da venda de areias do pinhal



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

de Montalvo, se já tinham entrado em contacto com as associações que tinham lá alguns empreendimentos desportivos construídos e qual seria o seu fim; em segundo lugar se estava ou não contemplada alguma verba, nomeadamente para a construção de passeios.

-----Interveio o Sr. Deputado Prof. Luís Manuel Lourenço para dizer que tinha verificado que algumas empresas de telecomunicações e electricidade andavam a fazer obras, estragando estradas e passeios e, muitas vezes a sua reposição não era feito em tempo oportuno, nem correctamente o que consequentemente iria acarretar custos acrescidos para o município; que, por este motivo gostaria de alertar o executivo para que, a parte de fiscalização fosse mais interventora para que o município não saísse prejudicado. Questionou ainda, quando seria regularizada a situação do “buraco” do Centro Cultural de Mira; que, a obra tinha sido suspensa e que se fosse munícipe estaria queixoso pelo simples motivo de não gostar de ver um buraco daqueles à porta. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Maria Reigota para relativamente à venda de areias da zona de Montalvo dizer que, aquela zona tinha sido intervencionada devido à A17 e à zona industrial de Montalvo e que estava a decorrer na Câmara Municipal um concurso público. No tocante ao desvio de verbas para obras no Conselho, nomeadamente para a construção de passeios disse que, naturalmente, as receitas daquilo que fosse vendido seriam para investir no Concelho. Relativamente à intervenção feita pelo Sr. Deputado Carlos Milheirão, sobre um pedido de material disse que, mesmo em tempo de crise, existiam questões que eram da preocupação de todos e que tinham de ser ultrapassadas e por esse motivo eram estabelecidas parcerias e acórdãos; que, tinha tomado nota da questão da ponte Cabo do



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Mar para transmitir aos serviços técnicos, a fim de ser averiguada a situação. No tocante à sugestão de alteração do nome pesca costeira para pesca local disse que, não podia ser alterado porque era o nome que já tinha ido para as entidades, unidade de gestão e candidaturas a nível do Estado; que, todas as entidades tinham aprovado o local e que a candidatura já tinha sido aprovada em unidade de gestão; que, estavam numa fase demasiado avançada para fazer qualquer recuo, podendo correr o risco de se perder a obra e todo o trabalho que já tinha sido despendido e aprovado em unidade de gestão. Disse ainda que, tinha ficado surpreendido, uma vez que, nunca tinha ouvido directamente da parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira qualquer questão sobre o assunto, não deixando contudo de lamentar, o facto de, poder ter havido alguma falta de informação. Quanto à intervenção do Sr. Deputado Luís Lourenço disse que, de facto, estavam a ser abertos alguns buracos para que Mira pudesse vir a ter televisão por cabo e que seriam para tapar; que, existia alguma preocupação por parte da Câmara Municipal para que as empresas o refizessem o mais rápido possível. No que dizia respeito ao dito “buraco” do Centro Cultural de Mira disse que existia um pátio destruído de um digno cidadão do Concelho que, tinha reclamado muito, junto da Câmara Municipal; que, politicamente recusava-se a aceitar a abertura de tal buraco e como se não bastasse, com a destruição de um pátio vizinho e que estava a ser lançado um projecto para tentar salvar a escola. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário começou por dizer que tinha sido surpreendido com a leitura do “Jornal de Notícias” acerca de uma hipotética demissão da presidência do Conselho de Administração da Incubadora de Empresas e que gostaria



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

de saber quais tinham sido as razões e motivos para tal decisão. Tal como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, questionou também, em termos urbanísticos, a localização da Lota; que, em termos urbanísticos a Praia tinha que começar a crescer e sendo aquele local o coração da Vila, existia a questão de alguma saúde pública e de alguma turbulência que era feita a horas pouco próprias. Voltou ainda a colocar algumas questões que já tinham sido colocadas na última Assembleia nomeadamente, se já existiam registos dos terrenos da Habitação Social. No que dizia respeito ao embelezamento das rotundas da entrada do Concelho, o Sr. Presidente da Câmara tinha respondido que algumas rotundas não pertenciam à Câmara Municipal mas que, gostaria de saber quais as medidas que tinham sido tomadas, no sentido de alguma forma, se poder embelezar as portas de entrada do Concelho, tanto a Norte como a Sul. Por fim, gostaria de saber se já existia algum projecto para a instalação de um parque infantil na Praia de Mira. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego começou por saudar todos os presentes, desejando a todos, votos de boas festas e votos de rápida recuperação para o colega Sr. Deputado Luís Filipe Cainé. Louvou as actividades que tinham sido levadas a cabo, pelo executivo, na época Natalícia, nomeadamente o Mercado de Natal que tinha estado mais concorrido que o ano anterior, sendo uma boa fonte de rendimento para as colectividades e todas as instituições que nele tinham participado; que, era uma iniciativa à qual devia ser dada continuidade; a festa das escolas e o funcionamento do Museu com a iniciativa do atelier dos artesões locais. Relativamente ao procedimento da entrega dos subsídios às Associações do ano 2002 disse que, tinha tido a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

oportunidade de dizer ao Vereador do pelouro que, tinha pecado por tardio, uma vez que tinha sido tarde relativamente àquilo que as Associações necessitavam para programar a sua actividade, mas como tinham estado sem receber qualquer subsídio desde 2004, acabou por ser uma boa ajuda para que fosse possível, completar todos os planos de actividades; que, a forma de entrega e de debate dos subsídios, em conjunto com todas as Associações, lhe tinha parecido um bom procedimento. Congratulou também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, e falando da sua localidade, Portomar, por terem sido limpas as valetas e as sarjetas duas vezes no mesmo ano. Para terminar, mais uma vez na Assembleia, chamou a atenção para a falta de sinais que se verificava na rua Simões Cúcio na localidade de Portomar, onde já se tinham verificado alguns problemas de trânsito. -----

----- O Sr. Deputado Gabriel Miranda Pinho usou da palavra para questionar o Sr. Presidente da Câmara se existiam normas ou tempo para serem passadas as certidões; que, no dia 4 de Outubro tinha pedido na Câmara Municipal uma certidão de confrontações e lhe tinha sido dito que demoraria uma semana, ao fim dessa semana tinha sido informado que o Sr. Dr. Ângelo Lopes tinha estado num curso e não lhe tinha sido possível dar a informação necessária; que, passados mais três dias tinha-lhe sido comunicado que, a informação já estava dada e que a certidão estava pronta a passar, foi procurando mais quatro ou cinco vezes nos dias seguintes e era-lhe sempre dito que ainda não estava pronta; que, tinha sido necessário cerca de dois meses para que a certidão estivesse pronta e apesar deste tempo todo, ainda tinha ouvido por parte de uma responsável, que tinha tido um tratamento “Vip”; que, perante a dada situação tinha



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

escrito para o IGAT, a questionar se existia algum tempo determinado por lei, para que fosse passada uma certidão; que, se tinha tido um tratamento “Vip” e mesmo assim tinha demorado dois meses para que lhe fosse passada a certidão de confrontação, quanto tempo seria necessário para uma pessoa que não tivesse o mesmo tratamento. ---

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia não querendo ser repetitivo disse que, no artigo 43.º do Regimento, cujo título era “Uso da palavra pelos membros da Câmara Municipal” o n.º1, alínea a) constava “ A palavra é concedida ao Presidente da Câmara Municipal ou ao seu substituto legal para: no período de “antes da ordem do dia” prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Presidente, não podendo, em cada intervenção exceder cinco minutos por pedido de esclarecimento” o que significava que três pedidos eram quinze minutos, os quais nunca tinham sido utilizados. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para, em primeiro lugar, responder à questão que tinha sido colocada pelo Sr. Deputado Dr. Juan António relativamente à Incubadora, dizendo que não se pronunciava sobre o assunto porque naquele mesmo dia ia realizar-se uma Assembleia Geral da Incubadora, onde as coisas iriam ser analisadas; que, não pretendia que a Câmara Municipal deixasse de prestar o apoio necessário como accionista, o que estava em causa era o pedido de demissão do Sr. Presidente do Conselho de Administração. Relativamente à questão da Lota ou Pesca Costeira disse que, era um processo que vinha desde o início do mandato deste executivo, com muito trabalho; que, estava já numa fase que lhe parecia despropósito as questões que tinham vindo a ser colocadas; que, não concordava que houvesse um atentado à saúde pública até porque, as entidades que por norma eram tão exigentes



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

relativamente às questões do ambiente e da orla costeira, tinham sido as primeiras a aprová-la. Quanto à habitação social disse que, junto da Assistente Social e da Vereadora do pelouro, as candidaturas estavam a ser actualizadas, existia uma questão que ainda estava em tribunal, que tinha sido levantada por uma associação local; que, já tinha sido feita a actualização de todos os processos de candidatura e que iriam passar à fase seguinte. No tocante ao embelezamento das rotundas disse que, era intenção do executivo embelezar as rotundas das várias entradas do Concelho o que estava prevista para o início da primavera. Relativamente ao parque infantil disse que, depois da aprovação do orçamento e do plano iriam proceder à implementação das estruturas em vários pontos do Concelho. Agradeceu ainda as palavras do Sr. Deputado Dr. Paulo Grego dizendo que, de facto, tinha havido um esforço enorme relativamente aos subsídios às Associações com compromissos já existentes que, devido ao período de contenção que se vivia tiveram de ser cortadas algumas verbas. No tocante à intervenção do Sr. Deputado Gabriel Pinho disse que iria averiguar, junto dos serviços e, uma vez que o IGAT já tinha tido conhecimento da situação, ser-lhe-ia respondido na hora certa. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto que começou por cumprimentar todos os presentes, desejando-lhes Boas Festas e um Santo Natal. Louvou desde logo o primeiro prémio que tinha sido recebido pela Incubadora de Empresas, ficando provado que seria sempre, uma condição necessária que levaria ao desenvolvimento do Concelho de Mira. Questionou o executivo por um lado, relativamente aos registos da habitação social da Videira Norte; que, gostaria de saber como é que tinha sido possível fazer as



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

infra-estruturas lá existentes há alguns anos, sem os registos estarem feitos e por outro lado, questionou também o executivo, relativamente a uma questão que já tinha sido colocada na Assembleia aproximadamente há um ano atrás, sobre um hipotético pagamento de portagens nas auto-estradas, denominadas até então de “scuts”; que, na altura a questão tinha sido colocada como não fazendo muito sentido mas que, um ano depois tinha verificado que aquilo que poderia ter sido precavido, nada tinha sido feito, ficando assim com auto-estradas “scuts” que iriam ter portagem; que, da parte do executivo da Câmara Municipal de Mira, ouvia-se um silêncio comprometedor que, em nada beneficiava o desenvolvimento de Mira e que gostaria de saber qual a opinião do Sr. Presidente da Câmara. Disse ainda que, tinha sido referenciado num Jornal, que os critérios para a atribuição de portagens nas “scuts” eram critérios que englobavam Mira, como uma das zonas desenvolvidas e que gostaria de saber se o Sr. Presidente tinha tido conhecimento do estudo referente aos critérios para a escolha das três vias, nomeadamente a Costa de Prata, Vila Nova de Gaia e Mira; que, gostaria de saber quais tinham sido os critérios que tinham regulado o estudo e os quais tinham incorporado Mira, como um dos Concelhos que iria ficar sujeito a portagens. -----

----- O Sr. Deputado Pedro Nunes interveio para dizer que, tinha estado na reunião relativa aos subsídios das Associações e que na sua opinião os critérios de atribuição de subsídios deveriam ser equacionados, mais ponderados e atribuídos em função do trabalho que as Associações desenvolviam porque, existiam algumas com bastante trabalho e na hora do recebimento tinham sido contempladas com o mesmo montante de todas as outras. Disse que, continuava a ser depositado lixo na zona do cruzamento da



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Praia do Poço da Cruz e que gostaria que lá fosse colocada uma placa a proibir o depósito; que, existiam lá escolas e que não era agradável no centro da aldeia ver toda aquela lixeira, sem vedação e sem qualquer tipo de placa. Disse ainda que a sinalização na estrada da Barra tinha sido bonito mas tinha durado pouco; que, alguns sinais estavam derrubados, talvez mal fixados, no cruzamento do Cais do Areão, tinham sido arrancados, na sua opinião propositadamente, os separadores de borracha que tinham uma função excelente para evitar acidentes; que, a situação devia ser revista e reposta uma vez que não impedia a circulação; que, os passeios apresentavam um estado elevado de degradação, com muita erva, que mais pareciam pinheiros e que tinha falado com o Sr. Presidente da Junta e este tinha-lhe respondido que não tinha capacidade financeira para proceder à limpeza. Para terminar, questionou relativamente ao edifício multiusos que tinha estado previsto mas não tinha chegado a arrancar; que, tinha visto no orçamento e opções do plano inscrita uma verba de 75.000,00€ para alterações no edifício escolar da Pré Primária e Escola N.º1 e dado que, o edifício que tinha estado previsto, se encontrava pronto em termos de projecto englobava o arranjo urbanístico e poderia servir a comunidade escolar e a população juvenil, gostaria de saber se seria possível concretizar uma vez que estavam inscritos 75.000,00€ e o edifício estava orçamentado em 90.000,00€. -----

----- O Sr. Deputado Carlos Milheirão, ainda na sequencia da sua ultima intervenção disse que, a sua negação da construção da Lota naquele local, já existia há algum tempo, não era só de agora; que, já tinha evitado a construção num outro local ainda pior, na antiga fábrica de blocos, ainda no mandato do Dr. Mário Maduro; que, se tinha



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

apercebido que a Associação de Pescadores da “arte de xávega” através dos seus representantes ou de um dos seus representantes que, nem sequer era da Praia, tinham feito com que a Câmara Municipal aceitasse aquele local como sendo o local ideal devido a uma questão de distância para com os que trabalhavam ao sul, ou seja na zona da Figueira da Foz; que, não deviam olhar para a conveniência de duas ou três empresas que trabalhavam na zona da Figueira da Foz, prejudicando assim a população da Praia de Mira. Relativamente ao funcionamento dos serviços do Centro de Saúde de Mira e às suas extensões disse que, já tinha sido posta a hipótese de fecharem algumas extensões mas na sua opinião, o problema maior, era existirem extensões e não haver pessoal para trabalhar nelas, nomeadamente pessoal de enfermagem e limpeza que tinham estado a ser assegurados com pessoal dos POC’S que ao Centro de Saúde e à Administração Regional de Saúde ficavam a custo zero ou apenas pelo subsidio de alimentação o que, na sua opinião era uma escandaleira de todo o tamanho; que, existia uma população de cerca de 4.000 inscritos entre as três povoações, Praia, Videira e Barra; que, actualmente existiam dois médicos na Praia, um efectivo outro a contrato, um enfermeiro efectivo e um outro a contrato de três meses, em vias de ir embora; que, a Autarquia, nomeadamente a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia deviam unir-se a fim de resolver estas questões. -----

----- O Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro relativamente às Scuts disse que, não tinha ouvido nenhuma palavra por parte do anterior executivo, nem por parte deste; que, Mira e Vagos não tinha evoluído tanto que justificasse tal decisão mas que tinha havido uma grande evolução de Vagos até Aveiro que tinha contribuído para tal decisão; que, não



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

concordava com a teoria de que, a política do utilizador pagador tinha servido na altura e que hoje já não servia. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal que, começou por dizer que relativamente às questões da saúde que tinham sido faladas pelo Sr. Deputado e Presidente da Junta de Freguesia da Praia, Carlos Milheirão, ele próprio iria fazer chegar ao Sr. Presidente da Administração Regional de Saúde do Centro, as preocupações que tinham sido manifestadas à Câmara Municipal. Ainda, relativamente às questões da pesca e da Lota recordou que, tinham existido vários protocolos e parcerias assinados, várias reuniões e que tinha sido globalmente acordado e concordado com várias entidades, com os vice-presidentes da CCDR, com os pescadores, com os representantes das “companhas” as quais tinham assumido todo o processo e que seria naquele local que o projecto iria avançar. Na questão que tinha sido levantada relativamente à Incubadora de Empresas, disse que concordava com o interesse que podia vir a ter para a região e para o Concelho e que aquilo que os dividia não era aquela questão. Relativamente à questão da Videira Sul disse que, em boa hora a Câmara Municipal tinha conseguido fazer infra-estruturas importantes de âmbito social e que o erro tinha sido o facto de a obra não ter tido continuidade estando ainda com alguns problemas por resolver; que, se justificava claramente que, em terrenos municipais se arrancassem com infra-estruturas para os fins dignos que estavam em vista. No tocante às scut disse que, não se tinha remetido a nenhum silêncio comprometedor; que, não fazia o jogo e o alarido que saia para os jornais, nem andava a passear pela A17, para com isso, tentar demover um governo que não era sensível a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

manobras de diversão ou a solidariedades balofas de concelhos vizinhos que nunca tinham sido solidários, por exemplo quando a obra da A17 tinha ficado parada à entrada do Concelho de Mira; que, eram bombardeados todos os dias com camiões, sujeitando os filhos a perigos diários; que, nunca tinha sentido qualquer posição por parte de alguns concelhos vizinhos que hoje reclamavam a dita solidariedade; que, estaria firme, junto do governo, com postura certa, no sítio certo para defender o seu Concelho uma vez que tinha sido eleito para isso e não para andar a fazer propagandas; que, sempre se tinha falado na portagem em Mira e para sul e que, nunca tinha havido problemas relativamente ao assunto. -----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego usou da palavra para dizer que já tinha tido o prazer de ter falado com o Sr. Deputado Pedro Nunes relativamente à questão do edifício multiuso; que, o projecto, independentemente das mais - valias que tinha, não era conciliável com a educação, segundo as reuniões que tinham tido com a DREC; que, podia ser um projecto autónomo com todas as suas valências mas que não podia ter substituído as obras na pré primária, nem no primeiro ciclo; que, tinha sido feita a proposta para integrar na Carta Educativa o que não tinha sido possível porque tinham que ser valências perfeitamente definidas e distintas. Relativamente à questão dos critérios disse que iriam ser gradualmente mudados e adaptados; que, tinham proposto às associações, sectorialmente, serem feitas reuniões para que fossem elas a dizer quais os critérios que achavam mais justos. -----

----- O Sr. Deputado Pedro Nunes interveio para alertar novamente as colocações de placas que impediam a colocação do lixo; verificar toda a sinalização na estrada que, já



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tinha referido, e que fosse vista a instalação eléctrica uma vez que o temporal que se tinha feito sentir tinha danificado algumas iluminações, deixando algumas ruas sem luz o que devia ser visto pelos serviços técnicos. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal usou da palavra para dizer que o executivo tinha registado os alertas do Sr. Deputado; que, este tipo de intervenções dos Srs. Deputados eram essenciais para a Câmara Municipal que devia delas fazer boa nota para ajudar a governar melhor o Concelho. -----

----- Decretado pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, eram dezasseis horas e quinze minutos quando se deu início a um pequeno intervalo, tendo sido reiniciada a sessão às dezasseis horas e trinta minutos. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal iniciou este período comunicando que o Sr. Dr. Paulo Pires, director do projecto da Pescanova iria fazer uma apresentação para melhor esclarecer os Srs. Deputados, agradecendo-lhe a disponibilidade que tinha manifestado em estar ali presente e reconhecendo-lhe o significado da disponibilidade para trabalhar no Concelho de Mira. Pediu também à Assembleia, uma vez que ia ser feita a apresentação do tema, que o Ponto Três da ordem de trabalhos passasse a ser o Ponto Um e este o Ponto Três.-----

----- **PONTO UM: “Aprovação de proposta de acordo a celebrar com a “Pescanova”, para instalação de uma Unidade de Aquicultura de Pregado no Concelho de Mira”:** -----

----- A explicação do assunto foi feita pelo representante do Grupo “Pescanova”, Dr.



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Paulo Pires, o qual fez uma exposição pormenorizada do projecto, tendo por base a apresentação de diapositivos, cujo suporte gráfico se encontra anexo à presente acta, dela ficando a fazer parte integrante.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sua intervenção dizendo que o tempo era aquilo que fazíamos dele e que do tempo da apresentação tinham feito boa obra, não tinham dado pelo tempo passar, felicitando o Dr. Paulo Pires pela clareza, objectividade, rigor e entusiasmo com que tinha falado do projecto; que, tinha sido um exemplo daquilo que devia ser um profissional que acreditava e que queria demonstrar que era um projecto válido.-----

----- O Sr. Secretário da Mesa, Eng.º. Coquim passou a ler o seguinte extracto da certidão da deliberação camarária de 04 de Dezembro de 2006:*“Certifico, para os devidos e legais efeitos, que a Câmara Municipal de Mira, em sua reunião extraordinária realizada em 04 de Dezembro de 2006, deliberou, por maioria, com 3 abstenções dos Vereadores Senhores Dr. Luis Neves Rocha, Prof.ª Maria de Lurdes Mesquita e Dr. João Carlos Rua e 3 votos a favor, do sr. Presidente da Câmara e Vereadores Senhores Dr.ª Sandra Margarida Pereira e Dr. Luis Miguel Grego, aprovar a proposta n.º 301/06, do sr. Presidente da Câmara, de 30 de Novembro de 2006, no sentido da aprovação da minuta do acordo de colaboração entre a Câmara Municipal de Mira e o “Grupo Pescanova”, para implementação do projecto de aquicultura de pregado na Praia de Mira. Mais foi deliberado submeter o assunto à aprovação do Órgão Deliberativo do Município.”* -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida começou por agradecer em nome da bancada do Partido Social Democrata a brilhante apresentação que tinha sido feita pelo Dr. Paulo Pires mas que, a apresentação tinha estado um pouco desenquadrada daquilo que estava para votação; que, a apresentação devia ter sido feita quando tinha sido votado o interesse municipal; que, tinham ficado contentes com o investimento e com aquilo que tinha sido dito mas o que estava a ser votado era um protocolo de colaboração e que o interesse Público já tinha sido votado favoravelmente; que, aquilo que estava em discussão era um acordo sobre o qual tinha algumas dúvidas e que antes do debate ser iniciado tinha de ficar bem claro que, tinham votado o interesse do projecto, estavam de acordo com o projecto mas que, eram de opinião que no protocolo podiam ter sido acauteladas outras situações. Relativamente aos 206ha que constavam na minuta do protocolo, questionou o executivo se iriam ser vendidos, seriam vendidos à Pescanova 82,4ha e os restantes? que, na altura da desafecção do regime florestal qual a área que seria desafectada, os 206ha ou os 82,4ha e qual seria a posição da Câmara Municipal sobre os restantes hectares que não seriam vendidos? Estava também referido que eram despesas da Câmara Municipal a criação de infra-estruturas e, que gostava de saber se a Câmara tinha algum estudo ou estimativa relativamente ao custo das infra-estruturas ou se o dinheiro que estava mencionado seria suficiente para cobrir os custos das infra-estruturas. Numa outra alínea dizia que, a empresa exploradora seria isenta, durante 10 anos de IMT e IMI e gostaria de saber se o município tinha feito algum estudo para saber quanto ia deixar de receber. No tocante aos postos de trabalho disse que, na votação de interesse municipal tinha sido falado num número superior aos 286 postos de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

trabalho; que, gostaria, com o decorrer do tempo, que o número não baixasse mais mas, caso baixasse, não tinha conseguido encontrar na minuta qualquer garantia para o caso da empresa vir a baixar o número de postos de trabalho ou mesmo, uma penalização no caso de ser violada a hierarquia a nível local e regional que tinha sido apresentada. Para terminar referiu ainda que, a minuta do protocolo não tinha indicado a duração da sua vigência. -----

----- O Sr. Deputado Gabriel Pinho começou também por agradecer a apresentação que tinha sido feita pelo Dr. Paulo Pires mas que, não tinha sido a primeira vez que tinha visto grandes apresentações naquela sala, nomeadamente as flores, os viveiros; que, tinha sido dito que Mira iria ter o jardim botânico mais importante do país ou até mesmo da Europa como tinha sido prometido, com milhares de espécies e que no final a única espécie que tinha visto, tinham sido acácias; que, também tinha sido um projecto apresentado com promessas de muitos postos de trabalho e o mesmo tinha acontecido com um projecto de cavalos, com pistas para apostas em cavalos, milhares de postos de trabalho para criadores de feno, estrume etc.; um projecto de uma zona industrial que nunca se tinha chegado a ver nada e muitos outros; que, estava farto de ver projectos bem apresentados mas sem terem chegado a bom porto. Ao ter lido o projecto tinha verificado que a Câmara Municipal apenas tinha compromissos tendo como exemplo, as receitas das escrituras dos terrenos, pelas suas contas davam cerca de 5.000.000,00€ e que apenas estavam referidos na minuta cerca de 2.000.000,00€. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Mingatos para em primeiro lugar felicitar o Dr. Paulo Pires pela apresentação; que, todos tinham ficado esclarecidos das



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

vantagens que o projecto tinha para o país mas que não tinha ficado convencido relativamente às vantagens que tinha para o Concelho; que, em termos de emprego por hectare ocupado, ficava muito longe de outros investimentos que tinham estado em voga; que, com 200ha e 300 empregos, no máximo chegariam a 1,5; que, estaria a ser ocupado um terreno que poderia ter outros fins como por exemplo o turismo, apesar de, na sua opinião, o Concelho não dever ser só virado para o Turismo; que, o que estava a ser debatido era um acordo e as implicações que teria para o Concelho que, na sua opinião, era uma área que podia ter outros fins, e que era excessiva para a vantagem que iria criar, o emprego, ficando muito longe de outros investimentos, como por exemplo o IKEA; que, não tinha ficado esclarecido relativamente à implementação do parque eólico e por outro lado disse ainda que a cláusula de reversão do terreno passava muito pela duração do contrato da qual não tinham qualquer informação. A terminar, lamentou o facto de não ter existido uma comissão de acompanhamento do projecto que tinha sido proposta na última Assembleia porque, se a comissão tivesse sido constituída, estariam todos mais esclarecidos e voltados para uma proposta mais comum a todos. ----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Manuel Martins começou por dizer que estavam a ser vendidos 206ha por 2.060.000,00€, o que estava bem explicito na minuta do protocolo. Relativamente às infra-estruturas, disse que o seu valor rondava os 800.000,00€. Disse ainda que, esta minuta de protocolo era apenas o primeiro passo de um projecto que, era o segundo a nível Europeu. Relativamente à sugestão de criar uma comissão de acompanhamento, disse que a comissão podia vir a surgir numa próxima oportunidade, uma vez que ainda estava para ser aprovado o



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

projecto, projecto esse que era de interesse nacional, havendo muitas questões que tinham de ser acauteladas entre o promotor e o Estado Português. Para terminar, disse ainda que gostaria que a Câmara Municipal tivesse sido felicitada por ter trazido um projecto que, era uma mais valia para o Concelho, criando emprego e riqueza. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para informar que o Sr. Presidente da Câmara Municipal se tinha ausentado da sessão para ir para a Assembleia da Incubadora, tendo sido a falta justificada uma vez que, tinha obrigatoriamente que estar presente e que o Sr. Vice-Presidente tinha todos os recursos e poderes para representar a autarquia na ausência do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida disse que ninguém duvidava da legitimidade do Sr. Vice-presidente nem da restante vereação a questão era que, a Assembleia Municipal estava marcada já há um mês; que, recomendava ao executivo e aos serviços para que tivesse em atenção e não voltassem a marcar outras reuniões à mesma hora e no mesmo dia da Assembleia Municipal. -----

----- O Sr. Deputado Juan António Apolinário começou por dizer que a Pescanova era um negócio que teria de ser bom para ambas as partes; que, tinham votado favoravelmente o projecto mas depois de terem feito uma leitura ao acordo de colaboração tinham surgido algumas questões. Pensando em termos quantitativos, a área estava a ser vendida a 1€/m²; que, era necessário fazer a análise não só no aspecto da Pescanova, mas também em termos de contrapartidas; que, era importante saber o que eram deveres da Câmara Municipal e os direitos que advinham; que, na quantificação dos custos iriam ter um encaixe de 2.060.000,00€ da venda do terreno



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

mas que, era importante quantificar quanto se gastaria nas infra-estruturas base, uma vez que iriam ficar cerca de 10 anos sem impostos indirectos. Relativamente à localização disse que se falava muito no aspecto do turismo mas que uma localização e implantação de uma unidade naquele sítio, iria fazer com que, a sul, o crescimento em termos turísticos, ficasse limitado; que, tinham de ponderar em termos de custo/ benefício a sua localização; que todos os projectos envolviam uma estimativa de custos e proveitos, congratulando-se pelo facto da Câmara Municipal ter aderido e apoiado aquele tipo de iniciativa, mas na sua opinião tinham de ser mais cautelosos na elaboração dos contratos; que, tinha algumas experiências menos positivas em situações daquele teor; que, na valência da clausula 2ª e 3ª tinham que verificar o que em termos líquidos resultaria para o Concelho, o investimento em si, a criação de postos de trabalho directos e indirectos mas também os custos que o Município viria a ter, sendo importante equacionar a questão de se estar a hipotecar uma área importante do Concelho. Para terminar, disse que a vigência do contrato devia ter sido mencionada e que a cláusula de reversão devia ser mais explícita para salvaguardar os interesses do Município. -----

----- Usou da palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto que começou por dizer que, a presente reunião era simplesmente a reunião de discussão do Orçamento e do Plano Plurianual que, era o documento mais importante que um Câmara tinha para trabalhar; que, não tinham ficado mal representados pelo Sr. Vice-Presidente e pelos Vereadores mas, era de lamentar a ausência do Sr. Presidente da Câmara. Relativamente à proposta da Pescanova felicitou o Dr. Paulo Pires pela brilhante apresentação que tinha feito;



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que, não tinha estado presente na última reunião e por esse motivo não tinha tido oportunidade de votar a favor do interesse municipal mas, se tivesse votado tinha votado favoravelmente porque projectos como aqueles eram bem vindos para Mira e mais, com uma parceria como a Pescanova, uma empresa de nome a nível mundial. O que estava ali em causa não era o interesse municipal mas um contrato, em que uma Câmara ficava vinculada a condições de deveres e de direitos, por exemplo na alínea c) da cláusula 2.^a dizia que o preço era de 2,5€/m² da zona de intervenção que eram 82ha que davam os 2.060.000,00€ e gostaria de saber se os restantes 123ha tinham sido dados ou se toda a área seria vendida a 1€/m²; que, as duas situações não podiam acontecer. Na alínea h) da clausula 3.^a dizia que numa primeira fase seriam criados 110 postos de trabalho directos sendo o objectivo chegar aos 286 postos de trabalho directos mas que, gostaria de saber quanto tempo demoraria a chegar aos 286 postos de trabalho porque, se não fosse estipulado um prazo poderiam dizer que a Pescanova estaria a cumprir e sempre dentro do prazo; que, na cláusula 7.^a dizia que o presente acordo produzia efeitos desde a data da assinatura mas não dizia pelo período de quantos anos iria ser o acordo. Na alínea e) constava que seria para construir infra-estruturas de água e saneamento com capacidade para 400 utilizadores; que, gostava de saber o que estavam a prever naquela zona para mais do que 124 postos de trabalho. -----

----- O Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro relativamente à última questão do Sr. Deputado Luís Filipe Barreto disse que, não existiam só os postos de trabalho directo mas também os indirectos; que, as dúvidas ambientais já tinham ficado esgotadas e que, relativamente ao protocolo existiam algumas lacunas. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e em resposta a algumas das questões que tinham sido colocadas, repetiu que a área que estava a ser vendida era 206ha por 2.060.000,00€. No tocante à questão da localização disse que, estava relacionado com o ordenamento do território e que a vigência do contrato seria estipulada em acordos com o governo. -----

----- O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Dr. Miguel Grego começou por dizer que, uma das garantias de que o promotor não iria embora, seria porque tinha 100.000.000,00€ investidos. Quanto ao prazo de validade, disse que ainda não tinha sido anunciado, publicamente, o acordo a estabelecer entre a Pescanova e outras entidades; que, se tratava de um projecto financiado ao mais alto nível, onde iriam ser estabelecidos acordos com o Estado Português e a Comunidade Europeia e em função do apoio que fosse dado, pelo Estado Português, seria estabelecido um prazo; que, iria ser um compromisso assumido a nível nacional e supranacional, por entidades que financiavam e fiscalizavam a execução; que, eram vendidos 206ha, para em função daquilo que estava estabelecido no PDM, construir 82,4ha e o restante não iria ser desafectado garantindo assim que, o promotor não iria lá fazer nada, a não ser proprietário de uma área; que, aquele projecto era para ser feito e para isso teria de se proporcionar condições, cumprindo o regimento do ordenamento do território; que, eram 206ha por 2.060.000,00€ e que, o terreno ia ser exclusivamente intervencionado, ao preço do da zona industrial. Quanto à localização disse que, tinha sido adaptada em função dos vários organismos que tinham participado; que, tinham acautelado o máximo possível fora dos instrumentos do ordenamento do território; que, tinha sido



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

possível em REN, fruto do novo diploma e que não era possível fazer quase mais nada, o novo diploma da REN tinha sido a única coisa que tinha permitido a implantação de tal projecto; que, as estradas, o saneamento e o abastecimento de água não era apenas da Pescanova, iriam servir também o MiraVillas; que, os 800.00,00€ não eram investidos apenas para a Pescanova mas também para o Concelho, as infra-estruturas iriam servir toda aquela região. Disse ainda que, faria todo o sentido criar uma comissão de acompanhamento, quando houvesse alguma coisa para acompanhar de muito palpável e concreto; que, seria importante intervir de forma decisiva nos acórdãos que eram estabelecidos entre o Estado Português e a empresa Pescanova; que, tinha muito mais poder de fiscalização a Comunidade Europeia, entidade financiadora e o Estado Português do que teria a Câmara de Mira e que, tinham que se aliar para fazerem com que as entidades defendessem aquilo que entendiam ser bom para o Concelho. -----

----- O Sr. Deputado Carlos Milheiro interveio felicitando o Dr. Paulo Pires pela sua excelente apresentação; que, tinha verificado que existia uma grande confusão nos cálculos, nomeadamente do preço/m²; que, aquilo que estava em causa eram 2.5€/m² da zona de intervenção; que, dos 206ha eram desafectados 82.4ha os quais iriam ser intervencionados pela Pescanova, restando 123.6ha que ficariam inalteráveis; que, os Srs. Deputados estavam com algum receio de que a Pescanova se apoderasse dos terrenos mas que estava salvaguardado na clausula 6.^a, alínea a), se a Pescanova intervencionasse alguma área dos 123.6ha teria de ser punida. -----

-----Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para dizer que, a questão dos hectares e do preço era uma questão de redacção; que, o Sr. Vereador tinha explicado



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

bem a questão mas que, não era aquilo que estava escrito, que eram coisas distintas; que, não tinha percebido, uma vez que tinha sido dito que ainda não sabiam quais iam ser os acórdãos e por quantos anos, por isso questionou porque não se lavava o assunto à Assembleia quando as coisas estivessem mais bem definidas e que não havia necessidade de votarem um acordo com coisas em branco. -----

-----Interveio o Sr. Deputado Paulo Reigota dos Santos para dizer que, no ponto 3.^a dizia que era uma aprovação de proposta de acordo; que, se os Srs. Deputados achassem que alguma coisa estava errada na proposta podiam pedir à Câmara Municipal que fosse alterada e depois o acordo viria de novo à Assembleia para ser aprovado. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Paulo Grego usou da palavra para dizer que, o facto de o Sr. Presidente da Câmara não ter estado na apresentação do Orçamento, não o tinha preocupado, tinha-o preocupado sim, se não tivesse estado na sua execução. Relativamente, à questão da Pescanova disse que, lhe causava alguma estranheza uma apresentação tão boa e com tantos elogios, ter estado a causar tantas dúvidas; que, era um investimento âncora e que ia fazer com que o Estado tivesse mais desperto para a realidade do Concelho, nomeadamente a A17 tinha que avançar para sul, arranjar a nacional Mira - Figueira da Foz etc; que, o projecto iria fazer com que Mira chegasse mais facilmente ao poder central. Disse também que, tinha ouvido por parte de um Vereador da oposição que, tinham existido três grandes marcos na história de Mira, primeiro Foral, segundo o Regente Rei e por ultimo a Incubadora; que, na sua opinião, o investimento da Pescanova não tinha comparação com o empreendimento que era a Incubadora; que, não lhe tinha passado despercebido a forma como o Sr. Dr. Paulo Pires



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tinha apresentado destacadamente o papel da Câmara e do Executivo em querer trazer o projecto para Mira e que, certamente não tinha sido com o espírito de Assembleias como tinha estado a ser aquela e, com questões do género em saber o preço e fazer contas, que a Câmara tinha conseguido convencer os accionistas da Pescanova a investir aquele montante em Mira. -----

----- Eram dezoito horas e trinta minutos quando a Sr.^a Deputada Prof.^a Ana Maria Baião deu entrada na sessão da Assembleia Municipal. -----

----- O Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço começou por dizer que, também não concebia o desenvolvimento de Mira numa aposta unicamente turística, que tinha que ser conjugada com outro tipo de investimentos, contudo o modelo de desenvolvimento da Praia de Mira era sempre virado para o turismo; que, a Pescanova iria trazer um novo paradigma de desenvolvimento para a Praia e iria condicionar completamente o desenvolvimento turístico; que, iriam sujeitar-se aquilo que a empresa queresia e que seria mais favorável para ela. -----

----- O Sr. Deputado Narciso Patrão usou da palavra, uma vez que tinham falado na Incubadora, para dizer e lembrar que inicialmente quando tinham falado no projecto da Incubadora tinha questionado onde iriam ser instaladas as empresas e que até hoje tinha estado à espera dessa resposta; que, estavam a incubar empresas para se irem instalar noutro local. Relativamente, à Pescanova disse que não podia ser só a Câmara Municipal a ficar com as despesas; que, as entidades oficiais e a nível superior tinham que também intervir como já tinham feito; que, os Srs. Deputados concordavam ou não com a Pescanova para Mira, mas que a solução não passava por colocar dificuldades. ---



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Usou da palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto para dizer que o Partido Social Democrata tinha na sua filosofia ideológica a iniciativa privada; que, não a tinha descoberto há pouco tempo como outros partidos; que, não desconfiavam da filosofia ideológica mas que tinha de ser salvaguardada e que as condições tinham que estar bem claras no contrato para poderem ser votadas; que, constava no contrato que a Câmara Municipal tinha preferência durante a vigência do acordo, mas que ninguém sabia qual era a vigência, na sua opinião, tinha sido muito mais correcto dizer-se que o primeiro outorgante gozava de direito de preferência ou então que fosse arrendado o terreno à Pescanova, com a certeza de que, ao fim de algum tempo os terrenos tivessem outro fim para o qual tenham sido inicialmente concebidos. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Marco António Custódio usou da palavra para dizer que, não existiam dúvidas quanto ao interesse em que a Pescanova se instalasse no Concelho de Mira, que a única dúvida que tinha era saber qual o peso que a aprovação ou não do protocolo naquele dia, teria para o futuro. -----

----- O Sr. Deputado Eng.º Carlos Milheirão interveio, para dizer que tinham estado a ser debatidos temas que nada tinham a ver com a Pescanova, por esse motivo propôs que a proposta fosse a votação, mesmo com as dúvidas que pudessem existir. -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal interveio e pegando nas palavras do Sr. Deputado Luís Lourenço disse que estavam de acordo com o conjugamento do desenvolvimento do Concelho. Relativamente ao protocolo e ao projecto disse que, quando tinha ido à Assembleia o interesse Municipal tinha sido dito que, até Dezembro, teria que ficar certo que a Pescanova fosse ou não para Mira porque, existiam



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

candidaturas que tinham que ser feitas dentro de alguns prazos. Quanto ao Sr. Deputado Luís Filipe Barreto na questão da vigência, disse que já tinha sido explicado que os acórdãos tinham que ser feitos com o Governo, ficando salvaguardada a questão. -----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego interveio para dizer que, por norma, falava rápido e alto mas que não iria falar alto porque, costumava ter razão quem mais alto falava; que, não tinha conseguido perceber, conforme tinha sido afirmado, onde estava a incompatibilidade entre aquilo que tinha dito e o que estava escrito; que, eram 206ha vendidos por 2060.000.000,00€ e o período de vigência seria acordado quando o projecto tivesse definido uma vez que o mesmo seria faseado em duas ou três fases; que, o Sr. Vice-Presidente já tinha dito que até Dezembro teriam que ter alguns documentos para entregar para que, o promotor pudesse formalizar a candidatura; que, já se tinham mostrado disponíveis para criar uma comissão que acompanhasse o processo em todos os casos omissos e que mais clareza não era possível. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia disse que, tinha considerado relevantes as dúvidas e as questões que tinham sido colocadas de ambas as partes mas que aquilo que tinha estado a acontecer era apenas falta de hábito em lidar com situações daquele tipo; que, estavam habituados aos fantasmas que já tinham sido ali levantados no passado, tinham tido situações que não tinham deixado boas memórias e que continuavam a pensar que as situações seriam sempre iguais; que, tinham de crescer porque, noutra Câmara, que estivesse habituada a lidar com grandes projectos, aquele seria mais um; que, era um projecto de milhões com envolvimento e projecção a nível nacional e internacional, uma relevância nacional que interferia no PIB, no equilíbrio das finanças



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

e do défice de Portugal; que, uma empresa quando se instalava previa um determinado número de funcionários e trabalhadores mas que, podia acontecer que o desenvolvimento tecnológico dissesse que, já não seriam necessários tantos trabalhadores ou pelo contrário, criar inovação que pudesse, inclusivé, aumentar o número de trabalhadores; que, o próprio investidor teria dificuldade em contabilizar o número certo, tinha analogias, mundo de experiências feito, com muitos investimentos noutros locais paralelos, podendo tirar uma bissectriz mas que era muito difícil saber o número exacto. Relativamente às datas e aos tempos disse que, não seria um cheque em branco porque estavam cobertos por negociações a nível do Governo que iriam validar todo o processo; que, confiando numa Câmara eleita democraticamente, independentemente da cor partidária, politicamente estava a defender os interesses do Concelho, confiando num Governo que defendia os interesses do país e que já tinha anunciado a iniciativa como estratégica, confiando numa empresa que dava garantias pelo seu comportamento de credibilidade e seriedade, estavam em condições de passar à votação. -----

----- A proposta foi **aprovada por maioria**, com um voto contra do Sr. Deputado Gabriel Pinho, nove abstenções dos Srs. Deputados do Partido Social Democrata e treze votos a favor dos Srs. Deputados do Partido Socialista e do Sr. Deputado Carlos Milheirão. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida usou da palavra para dizer que, a abstenção do seu partido se fundamentava na falta de esclarecimento que tinha existido, na falta de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

oportunidade do acordo e na falta do período de vigência. Referiu e sublinhou que, quando tinha sido do interesse municipal tinham votado a favor; que, eram a favor do projecto e o apoiavam inteiramente mas que, o que estava em discussão era a proposta e que a abstenção era apenas relativa àquela proposta. -----

-----O Sr. Deputado Gabriel Pinho interveio para dizer que tinha votado contra a proposta pelos motivos que já tinha referido e porque continuava a ser como o S. Tomé, “ ver para crer”. -----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia em conformidade com a restante Assembleia disse que o Ponto Um da Ordem de Trabalhos passaria a ser o Ponto Dois da sessão ordinária. -----

----- **PONTO DOIS: “ Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º1, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.** -----

----- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal para dizer que se tratava de um documento explícito e que os serviços tinham feito todo o esforço para dar a informação mais detalhada possível e de fácil leitura para que todos pudessem entender a complexidade dos números; que, a execução do orçamento da despesa era de 47,32% e o orçamento da receita de 54,14%; que, a taxa de execução do PPI cifrava-se em 19,9% e a taxa de execução das Actividades Mais Relevantes era de 59,1%; que, o endividamento bruto era de 7.289.816.50€, algumas dificuldades da tesouraria em



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

compromissos relativamente a dívidas a curto prazo e que o endividamento líquido municipal não podia exceder em 31 de Dezembro o existente na data do ano anterior. ---

----- O Sr. Deputado Dr. Luís Mingatos interveio para dizer que a informação estava bastante esclarecedora e que tinha existido um grande empenho por parte dos serviços. Não deixou de registar que as taxas de execução tanto do orçamento, como das despesas, das receitas e do PPI continuavam a ser muito baixas e que não valia a pena continuar a fazer orçamentos empolados. -----

----- **PONTO TRÊS: “Aprovação, nos termos da alínea b) do n.º 2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Orçamento do Município de Mira e Opções do Plano para o ano de 2007”. -----**

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara relativamente ao ponto em questão disse que, o orçamento era uma mera previsão de receitas e despesas para o ano seguinte; que, relativamente ao ano 2006, iriam ter um aumento da receita capital de 42,2%, uma receita corrente de 14,8% ; que, na nova Lei das Finanças Locais iria haver um aumento dos fundos de 2,3% relativamente ao ano anterior. Em termos de opções do plano verificava-se uma forte aposta no ordenamento do território, no turismo, na educação e no abastecimento de água; que, as receitas correntes eram de 7.879.000,00€ e a receita capital de 11.000.000,00€ que estava relacionado com venda de terrenos, das areias de Montalvo e das madeiras. Relativamente ao orçamento de despesa disse que, tinham despesas correntes de 7.854.000,00€ e despesas de capital de 11.030.000,00€; que, o orçamento de receita apresentava uma previsão de crescimento de 29,3%, sustentada



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

por uma previsão em alta, de alguns componentes, nomeadamente da venda de bens e de investimento e as transferências de capital, impostos indirectos e taxas. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Luís Mingatos usou da palavra para dizer que, tinha verificado que existia uma repetição de algumas obras que vinham de orçamentos anteriores e que não eram concretizadas; que, o empolamento levava a taxas de execução baixíssimas e que apenas tinha sido feito 50% a 60% daquilo que estava previsto. Disse ainda que, existiam receitas que saltavam à vista e que iam aumentar, era o caso do IMI, receita da água e despesa nos resíduos sólidos. Relativamente a estes pontos questionou, se viriam alguns aumentos relativos a serviços essenciais prestados à população. Que no orçamento do ano anterior o executivo tinha ficado chocado com o montante da dívida mas que não tinha visto a mesma preocupação este ano, de amortizar a dívida, apesar de ter descido, relativamente ao ano anterior; que, não sabia se a capacidade de endividamento era negativa mas que grande capacidade de endividamento não existia. --

----- O Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário interveio para dizer que estava à espera que o documento tivesse algumas linhas mestres estruturantes e que tivesse ido ao encontro daquilo que tinha feito com que o executivo tivesse sido eleito, que tinha sido uma visão política e estratégica diferente; que, não tinha conseguido visualizar nada que demarcasse o actual executivo de anteriores. Em termos de investimento disse que, era apenas um somatório das obras avulso que estavam por executar e que tinham transitado dos orçamentos de anos anteriores; que, saltava à vista o implemento das receitas de 5.000.000,00€ mas que, tinha que existir algum rigor porque, no ano anterior tinham sido bastante cáusticos, por as taxas de execução terem sido demasiado baixas,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

deviam ter tido, este ano, um procedimento diferente; que, não existia nenhuma garantia, que os terrenos do golfe iriam finalmente ser vendidos. Relativamente à aquisição de bens e serviços com um aumento de quase 30% disse que, parte do investimento teria a ver com a Pescanova mas também para servir o Miróasis; que, estava implícito que iria haver um aumento de taxas em termos de cobranças, como era o caso da água. Quanto às despesas com pessoal, disse que gostaria de saber se estavam só relacionadas com as comparticipações para a Caixa Geral de Aposentações. Disse ainda que, sendo o concelho virado para o turismo, não tinha visto mais nenhuma verba a não ser a do Parque de Campismo e que também não tinha visto qualquer tipo de verba para a qualificação ou divulgação dos dois Pólos Industriais. -----

----- Usou da palavra o Dr. Raul de Almeida para saber se o executivo tinha ouvido os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia durante a elaboração do orçamento; que, por exemplo, relativamente à Pescanova, tinha-se falado de propostas e de ideias e que o executivo poderia ouvir algumas propostas do Partido Social Democrata e principalmente dos Presidentes das Juntas porque, o orçamento tinha muita influência sobre as Juntas de Freguesia. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro para dizer que, pela primeira vez, lhe tinha agradado ver a questão do saneamento no Casal de S. Tomé; que, havia falta de saneamento e que não podiam pensar em turismo sem estarem estruturados para isso. Relativamente ao empolamento, disse que também concordava que o orçamento estava empolado mas que tinha vindo a melhorar. -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara interveio para dizer que o orçamento era uma



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

previsão, como já tinha dito. Relativamente à parte do turismo disse que, gostariam de ter mais, mas seria estar a empolar ainda mais o orçamento. Sobre o investimento a nível de Parques Industriais, disse que tinham o Pólo II que, estava todo ocupado e o Montalvo do qual iriam ser retiradas areias. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Juan Apolinário disse que, se pegassem na receita de capital e na despesa de capital, dava uma execução orçamental, à data de 30 de Novembro de 23% e não 50% como tinha sido dito. -----

----- O Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço usou da palavra para dizer que, relativamente à parte de saneamento e abastecimento de água, durante o mandato do anterior executivo, as candidaturas para os quadros comunitários, tendo em vista o investimento a nível de saneamento estavam esgotados e as Câmaras não tinham capacidade, por si só, de fazer os investimentos; que, apesar de estar referido no plano e orçamento o abastecimento de água à Praia de Mira e o saneamento ao Casal de S. Tomé, gostava de ter visto aquela matriz bem mais vincada porque, o que estava em causa era a qualidade de vida das pessoas e também a saúde pública; que, existiam no Concelho condutas de água completamente ultrapassadas, feitas em matérias que hoje eram de utilização impossível. -----

----- O Sr. Vice-Presidente usou da palavra para, em resposta ao Sr. Deputado Dr. Luís Mingatos, dizer que a dívida era sempre uma preocupação de qualquer autarquia e que a capacidade de endividamento era zero; que, continuava a ser uma grande preocupação a questão de uma amortização de 597.600,00€ de um empréstimo que tinha sido feito e que não podiam utilizar. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego interveio mais uma vez para dizer que, a questão da água era uma preocupação e depois de ser concluído o abastecimento de água a 100% no Concelho, iriam começar uma nova fase que seria a remodelação de algumas condutas que não estavam nas condições mais desejáveis; que tinha de existir, também, alguma responsabilização que era do contribuinte, do consumidor que pagava mas também, do executivo que, por vezes, tinha que tomar algumas medidas responsáveis, ainda que impopulares, de procurar acompanhar o aumento das taxas, como também a tentativa da melhoria da qualidade e de uma melhor oferta ao consumidor; que, se tratava de um aumento dos consumidores, fruto de algumas ilegalidades que existiam no consumo de água e numa maior contribuição para a melhoria daquele bem essencial. Que, oscilava sempre entre um empolamento e um orçamento pobre, por um lado um orçamento que todos desconfiavam que, à partida, não o podiam realizar mas que por outro lado não reflectia todas as obras que todos gostariam de ver efectuadas; que, existia também um aumento dos bens de investimento que estava claramente explicado, com a venda do golfe, que mais uma vez aparecia e que finalmente já estava feito o registo dos terrenos para que fosse feita uma hasta pública condigna; que, tinha sido aprovada a hasta pública da venda das areis do pinhal de Montalvo; que, os terrenos da Pescanova tinham, também, já sido aprovados; que, estavam no início de um QREN, com projectos que iriam propor e que esperavam ver financiados; que, para responder a um melhor turismo, melhor ordenamento e a uma melhor condição de vida tinham que existir fundos. Quanto aos Parques Industriais, disse que no Pólo II estava a ser feita uma ampliação; que, não tinham colocado uma receita de uma ampliação que ainda não



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

estava terminada; que, no Pinhal de Montalvo estavam a retirar o arvoredado e concurso das areis; que, em termos industriais não teria efeito naquele ano porque, estavam a ser criadas condições para que, mais indústria se instalasse no Concelho. Para terminar, disse que gostaria que ficasse claro que o aumento com o pessoal estava relacionado com a Caixa Geral de Aposentações, A.D.S.E, e ao aumento que se previa nos salários dos funcionários; que, existiam também alguns custos que tinham que ser assumidos pela autarquia porque, o Estado tinha transferido algumas competências, nomeadamente a nível da Educação, dos Transportes Escolares, da Alimentação etc.; que, havia um assumir de compromissos que a Câmara entendia quase como actividades sociais que não podiam ser desvirtuadas. -----

-----Seguiu-se a votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com 13 votos a favor do Partido Socialista e do Sr. Deputado Carlos Milheirão, 10 votos contra do Partido Social Democrata e zero abstenções. -----

----- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

----- O Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário usou da palavra para dizer que tinham votado contra porque contavam com um orçamento mais voltado para o desenvolvimento estratégico e não um repetir de situações que já vinham do passado, praticando os mesmos erros. -----

----- O Sr. Deputado Narciso Patrão interveio para corroborar o sentido do Dr. Raul relativamente à questão de as Juntas de Freguesia serem ouvidas e também a oposição.--

----- **PONTO QUATRO: “Aprovação, nos termos previstos no art.º 79.º do D.L n.º 380/99, de 22 de Setembro, na actual redacção, das alterações ao Plano de**



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Urbanização da Vila de Mira”. -----

----- O Sr. Vice- Presidente usou da palavra para explicar que se tratava apenas de acrescentar o parecer do ICN e do IPAR para cumprir o D.L e o parecer da DPGU. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida interveio para dizer que o ponto estava bem preparado e documentado, muito mais do que outros pontos, como exemplo o ponto da Pescanova que apenas trazia um extracto da acta que era bastante curto. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade.** -----

-----Cumprida parte da ordem de trabalhos da sessão, nomeadamente a Aprovação de proposta de acordo a celebrar com a Pescanova; Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia; Aprovação das alterações ao Plano de Urbanização da Vila de Mira e o ponto de Aprovação do Orçamento do Município de Mira e opções do Plano para o ano 2007, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, devido ao adiantar da hora, propôs que os restantes pontos da ordem do dia ficassem para ser debatidos numa outra sessão extraordinária a realizar-se no dia 27 de Dezembro, com os restantes pontos, designadamente: Aprovação do Regulamento Municipal de Funcionamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada no Concelho de Mira; Prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas do futuro Plano de Pormenor dos Prazos Velhos; Aprovação da revogação parcial do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação; Aprovação da desafecção de caminho municipal do domínio público para efeitos de futuro licenciamento do edifício da Incubadora; Aprovação da 3.^a Revisão Orçamental, 3.^a Revisão ao PPI e 3.^a Revisão às AMR's do ano de 2006; Substituição de elemento(s) da Comissão de Análise de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Candidaturas para atribuição dos lotes da Videira Norte e por último a Autorização para o Município de Mira integrar a constituição do Agrupamento de Municípios na base de equivalência a um A.C.E e aprovação dos respectivos estatutos. Para terminar solicitou ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido **concedida por unanimidade**. -----

---ENCERRAMENTO: -----

---E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.
